

MOÇÃO

"VOLTAR A CRESCER"

SUBSCRITA POR

LUÍS NOBRE GUEDES

INTRODUÇÃO

O propósito desta moção e dos seus signatários é oferecer ao Partido Popular uma mudança tão profunda quanto meditada e, por isso, tranquila. Em vésperas de um novo Congresso, o nosso Partido encontra-se, uma vez mais, numa crise muito difícil. Se algum contributo podemos e queremos dar é o de reflectir sobre o salto qualitativo que permita ao PP, no futuro, discutir sempre o horizonte do seu crescimento, e nunca mais, como agora, o limiar da sua sobrevivência.

Discutimos ideias, estratégias e valores. Não discutimos pessoas, órgãos ou líderes. Apresentamos caminhos e soluções, recusamos atribuir culpas ou responder a ataques. Queremos unir, alargar e abranger. Não vemos o Partido em situação de poder continuar a excluir, segregar ou isolar. Do passado, só nos interessam as lições. Para o futuro, eis o nosso caminho e a nossa intenção.

B. O ESTADO DAS COISAS

A situação do PP é de uma enorme preocupação. Se o partido não tiver disso plena consciência, não saberá responder aos desafios do futuro. Qualquer solução passa, aliás, por uma espécie de mobilização total, com toque a rebate geral, visto que o prazo útil de recuperação do partido é de um ano, se atendermos ao calendário eleitoral.

1. Valeria a pena fazer um ponto da situação circunstanciado. Esse seria um ponto de partida de utilidade inquestionável. Mas, estamos cientes, muitas feridas estão, ainda, abertas. Temos consciência que o essencial pode ser prejudicado, se não soubermos ter a humildade de ultrapassar muitos erros do passado. Entendemos, pois, reduzir as reflexões sobre a actual situação do partido ao mínimo exigível de um enquadramento coerente.
2. Nesse contexto e com esses limites começaríamos por afirmar que deve constituir prioridade do partido conceber uma estratégia que o torne, de novo, **um partido de implantação nacional**. Não vai ser tarefa fácil. Mas, conhecedores da realidade das estruturas partidárias, é nossa convicção que passos significativos podem – e devem – ser dados. Diremos, apenas, que o partido tem de criar condições para voltar a ser uma força actuante a nível de todo o território nacional.

O PP conserva, eleitoralmente, um contingente fiel e tradicional. Mas todos sabemos que perdeu simpatia no voto urbano de classe média, desiludiu um considerável número de novos eleitores e cessou, praticamente, a capacidade de atrair eleitores na “zona AD”. Em consequência, **o PP tem de definir um rumo que lhe permita ser de novo ouvido e votado na parte activa da sociedade portuguesa, em especial nas classes médias urbanas**. Será esse o primeiro passo para recuperar a confiança do eleitorado.

3. Organicamente, o PP, pese embora um esforço de implantação inegável, continua a ter uma vida interna que precisa de revitalização: continua a haver pouca abertura ao exterior, pouco hábito de debate, deficiente recrutamento e participação inferior à necessária.
Nas organizações de enquadramento, constitui um sério défice de actuação, a inexistência de uma estrutura de apoio, mobilização e aconselhamento dos autarcas.

Para o partido voltar a crescer, é prioritário e urgente chegar ao eleitorado jovem e ao eleitorado que trabalha. Por isso, a nosso ver, **o caminho que o PP encontrar terá de reforçar, em termos de apoio interno e acção externa, a JC e a FTDC. Falar para os jovens e falar com os jovens, é urgente. Disputar, activamente, a representação no mundo do trabalho, em especial nos sectores de serviços e nas grandes empresas, é essencial para reencontrar o partido com o país.**

4. A capacidade de recrutamento do PP, junto da sua área ideológica ou nos independentes de prestígio que lhe são próximos, praticamente estagnou, a partir de 1996. Não há notícia de filiações de personalidades relevantes na sociedade civil portuguesa. Na essência, sucederam **três fenómenos de exclusão que reduzem a massa crítica do partido**: a colaboração das figuras do velho CDS, solicitada, ao contrário do que por vezes se afirma, até 1995, diminuiu; afastaram-se ou foram afastados muitos quadros que aderiram ou apoiaram a refundação do PP; e o partido deixou de crescer para fora, deixando de fazer a necessária aproximação junto dos meios universitários, técnico, profissional ou intelectual.

A única linha que, nesta matéria, se manteve, foi uma certa proximidade com as confederações patronais. Mas, vezes demais, o partido permitiu que se confundisse proximidade com uma geral identidade, o que não é próprio de um partido que há-de afirmar, sempre, o primado do político sobre o económico.

O novo rumo do PP há-de passar por uma abertura voluntária e organizada do partido ao exterior; e por uma reconciliação natural com os seus vários passados, procurando, lá fora e cá dentro, o melhor que temos para oferecer ao país.

5. Ao nível ideológico, o partido tem dois problemas a resolver: há matérias em que é necessário **actualizar** posições, e há outras em que é imperioso **moderar** posições.

A estratégia concebida até 1995, reagindo a uma conjuntura extraordinariamente difícil, não era continuável de forma linear ou automática depois da entrada nas instituições, com o partido já reforçado. Pelo contrário: a circunstância de, pela primeira vez em muitos anos, o PSD estar fora do poder, aconselhava uma correcção estratégica.

Estamos convencidos que, se o PP tivesse moderado certas posições, credibilizado as suas actuações, integrado as suas diferenças, e continuasse a crescer para fora, com inovação e consistência, seria, hoje, um partido ascendente.

Em geral, no entanto, o PP foi deixando passar o prazo útil de renovação do seu discurso: é o caso da questão europeia, em que, à beira da entrada de Portugal no primeiro pelotão do euro, ainda se mantém o discurso anti-União Económica e Monetária, sem assumpção dos factos nem aceitação realista das suas consequências, qualidades que são apanágio dos partidos com vocação de Governo.

Esta distância face à realidade – fatal no eleitorado de classe média, por natureza partidário da estabilidade e da governabilidade – acentuou-se com uma certa cultura de reserva face às instituições. O voto contra uma revisão constitucional que continha princípios positivos e clássicos na história do CDS e do PP, é disso exemplo: o PP jamais poderia deixar-se homologar, na opinião pública, como um

partido anti-sistémico, a tal ponto que se excluísse da frente dos partidos democráticos, que sempre foi a sua.

A consequência não é de somenos: **deixando de frequentar o arco constitucional, o PP deixaria de frequentar, aos olhos da cidadania, o arco da governabilidade.**

6. Se o caminho era a institucionalização do PP como partido de Governo, novo mas responsável a maturidade deveria ter sido, sempre, privilegiada em detrimento do imediatismo. É natural que um partido de oposição polarize focos, mais ou menos pontuais, de descontentamento. No entanto, um partido não pode cingir-se a uma quase permanente voz de protesto, até porque a mobilização de todos os descontentamentos não chega para fazer uma política. **O resultado foi que o PP deixou, muitas vezes, de ser escutado e considerado útil.**

Acresce que, nas questões da autoridade do Estado ou da supremacia do interesse geral; nos sugestivos problemas do Estado-Providência; e, ainda, nas novas questões sócio-políticas, o PP não repetiu aquela atitude que, na história democrática portuguesa, fez o seu prestígio: **o partido que, muitas vezes, teve razão antes do tempo.** Na situação que agora devemos superar, deparamos com o tópico oposto: há factos que ultrapassaram o nosso discurso.

O caminho teria sido o de fazer o eleitorado perceber com quem constituiria o PP um Governo e com que cauções de credibilidade o poderia solicitar. Sucede, no entanto, que estamos longe de ter rostos para cada política, dando-se até o caso de o eleitorado não saber, muitas vezes, quais são as políticas do PP, estudadas, estruturadas e realizáveis, desde a economia à fiscalidade, desde a educação à saúde, desde a segurança social ao trabalho, desde a cultura ao ambiente.

O novo impulso do PP terá de passar pela escolha de um modelo de partido moderado, responsável e credível, dotado de quadros identificados com políticas, e de soluções realistas para problemas cada vez mais complexos.

7. O PP tem de definir o seu adversário estratégico.

A linha de oposição responsável ao PS estava correcta; porém, o partido pareceu acreditar na utilidade de ser visto, no Governo, como oposição preferencial. Por sua vez, a relação com o PSD tem sido gerida de forma mais traumática do que política, o que frequentemente acabou por parecer uma oposição à oposição, pouco compreendida no eleitorado e, em especial, no nosso eleitorado.

O norte estratégico não se desvaneceu, apenas, nessa opção preferencial pelo PS e nessa hostilidade em relação ao PSD. A interferência central na política de coligações autárquicas, não deixando a cada estrutura a configuração de uma realidade própria, nem aceitando as consequências de natureza verdadeiramente municipal que lhe são inerentes, conduziu a uma hesitação entre a disponibilidade para coligações gerais e a indisponibilidade para acordos pontuais, numa opção cujo resultado confundiu o eleitorado.

A recuperação do PP terá de passar por uma opção estratégica em que fique claro que, no plano dos valores, o adversário natural é a esquerda.

C. A MUDANÇA NECESSÁRIA

Perante esta preocupante situação, **o PP deverá fazer uma clarificação no plano das ideias e uma integração no plano das pessoas.**

É para nós evidente que, no XVI Congresso, o partido precisa de uma maioria para se renovar. Essa maioria renovadora há-de ser sólida nos princípios orientadores da nova fase do partido, e terá de ser integradora, de modo a somar valores, acrescentar mais valias, alargar a sua própria representatividade e, até, encerrar querelas antigas e desgastantes. O PP que sairá do XVI Congresso tem de ter consciência que o seu reencontro com o eleitorado passa – necessariamente – por dar provas de conciliar diversidade e qualidade, o que significa realçar, com naturalidade, todos os protagonismos que se possam mobilizar.

8. Na questão ideológica, o PP reafirma que é um partido democrata-cristão, estando aberto às correntes do liberalismo responsável e do conservadorismo moderado, que procurará integrar e significar.

Partindo desta inspiração no humanismo cristão, reafirmado como trave-mestra do nosso corpo doutrinário, parece-nos inconveniente reabrir querelas de caracterização puramente teórica. Pelo contrário, parece-nos útil actualizar o que é a democracia-cristã à beira do século XXI, e qual a capacidade integradora que há-de revelar, acolhendo, no liberalismo alguns princípios necessários à realização do indivíduo e, no conservadorismo, algumas ideias necessárias ao equilíbrio da sociedade e do Estado.

Fará todo o sentido revisitar a evolução mais recente da doutrina social da Igreja. Será, ainda, imperioso enquadrar fenómenos tão incontornáveis como a nova pobreza, a nova marginalização, a nova exclusão, e uma certa proletarização urbana e suburbana que potenciam uma conflitualidade latente e explosiva.

Nesse sentido, o PP inaugurará o seu novo ciclo político com uma clara viragem para fora de si próprio, lançando um grande debate ideológico que deverá culminar, em 1999, com um **Congresso programático**, que confirme, renove, aprofunde e desenvolva os nossos valores políticos, económicos, sociais e culturais.

À declaração de princípios formulada em 1974, à revisão do programa efectuada em 1994, deverá juntar-se esse novo documento, que será **um Manifesto da democracia-cristã portuguesa para o século XXI**. Aceitando a reconciliação deste partido com a sua história, não apagamos o que a vontade da instituição produziu noutras épocas, mais próximas ou mais longínquas. Propomos, o que é diferente, uma nova resposta ideológica, que trate os novos problemas contemporâneos e que, formalmente, ocupará o papel que o partido, na hora certa, entender.

9. É nosso entendimento que a chamada crise das ideologias é mais verdadeira do lado da oferta do que da procura. A falência das utopias não deve confundir-se com uma ilusória quietude das sociedades.

É nossa convicção que um novo tempo de busca de referências e valores já começou. À direita, como à esquerda. A política voltará, para responder e fazer sentido, face a novas desordens e injustiças que o economicismo não atende e a globalização não resolve.

Para a renovação ideológica que o PP vai empreender, é importante sublinhar a força de um **novo personalismo**, recuperando, de modo actual, uma corrente que desde sempre inspira, o pensamento político cristão.

O novo personalismo é necessário porque corresponde a uma defesa da pessoa, da sua identidade e dignidade, num mundo progressivamente globalizado e massificado.

A internacionalização não é meramente económica, é também política, social e cultural. Coloca inúmeras questões e perplexidades ao ser humano, na medida em que assenta num défice de representação, numa privatização das soberanias efectivas e num certo relativismo ético. A resposta personalista há-de procurar encontrar uma nova posição do cidadão, nessa democracia sem sede conhecida; da família, nessa globalização dos costumes; e da pessoa, nessa sociedade tendencialmente agressiva e anónima. É uma resposta que procura aceitar as vantagens da modernidade, limitando ou controlando, ao mesmo tempo, os seus danos.

10. Na definição partidária, o PP parte de uma posição de direita democrática, e declara, neste Congresso, a vontade de abrir ao centro-direita e crescer no centro-direita.

Esta é a nossa opção, em detrimento do outro caminho teoricamente legítimo, o de fazer o PP evoluir para posições de direita extrema. Em nosso entender, uma radicalização desse tipo não só não corresponderia à tradição moderada da democracia-cristã, como acabaria por pôr em risco a definição do partido, aos olhos da cidadania e dos seus próprios apoiantes, como força útil e influente. De resto, a radicalização ideológica tem sempre como consequência, a prazo, uma marginalização institucional e, facto igualmente relevante, uma rejeição sociológica que impediria o partido de crescer.

Acreditamos no bom senso dos militantes do PP: mais para a direita não devemos ir, abrindo ao centro-direita podemos crescer.

11. PP deve distinguir-se dos demais partidos por reforçar a sua componente de quadros, a melhor via para ser, duradouramente, um partido de eleitores.

O PP pode e, a nosso ver deve, recuperar uma caracterização que lhe deu, até hoje, os seus melhores resultados eleitorais: **ser o partido que, na área não socialista, recruta os melhores quadros, oferece a mais vasta qualificação, em suma, representa a qualidade na política, na economia e na cultura, colocando-a ao serviço do Estado e do país.**

O reencontro do PP com esta natureza, implica um árduo e enorme trabalho de recrutamento e agregação. Para tal, **o PP deverá promover a constituição de dois Conselhos da sua direcção partidária, um de natureza Económica e Social, outro de natureza Cultural e Científica.** Isso implica, da nossa parte, um espírito de abertura e não de sectarismo; e implica, de parte de quem connosco quiser trabalhar, algo mais do que a vontade de reflectir, também a vontade de participar no projecto político que fará renascer um centro-direita atractivo, consistente e procurado na vida pública portuguesa.

Esses Conselhos deverão, aliás, ter vida activa e não meramente formal; e ser ouvidos na formulação das políticas.

12. A vocação do PP é a de ser um partido de Governo.

A clarificação desta opção, tem mais consequências do que, à partida, pode parecer. Um partido não faz parte do arco da governabilidade porque o diga, ou

porque o repita. Um partido faz parte do arco da governabilidade porque actua, em cada circunstância, como tal, e, passo a passo, merece esse reconhecimento. Há, portanto, opções a fazer.

No fundo e na forma, no conteúdo e no estilo, na sua vida interna e na sua acção externa, nas instituições ou nas sedes, o PP escolhe com firmeza o caminho porventura mais difícil, mas certamente mais necessário: agir, politicamente, com **credibilidade, responsabilidade e moderação**.

Credibilidade significa optar, em cada problema político, pela consistência do que se diz e do que se propõe, em detrimento de espetacularidade ou da aparente facilidade de “soluções” que o eleitorado reconhece como não viáveis.

Responsabilidade significa defender a política e as instituições, porque é na respeitabilidade da política e no quadro das regras institucionais que cresce a vocação de governo de uma força política. Isso implica, muitas vezes, preferir a coerência à popularidade imediata e aceitar colaborar, participar e influenciar as decisões nacionais, o que não é compatível com o recurso demasiado frequente ao discurso anti-político.

Moderação significa, em cada momento, e sobretudo nos mais difíceis, ter a atitude conservadora ou reformista de quem trabalha a realidade, para a melhorar, e não ter uma atitude revolucionária de quem se escusa, por estar sempre à procura de uma utopia que não existe. **A moderação, em concreto, tem como consequência aceitar o marco constitucional e o marco de integração europeia em que, neste momento, nos encontramos.** Porque é nesses marcos que se resolverá a vontade e a possibilidade de governar Portugal.

13. Do ponto de vista do seu discurso político, o PP deverá, já em 1998, actualizar as suas posições sobre a União Europeia e a Constituição da República Portuguesa.

Desde já se declara que **o PP aceita, como dado de facto, a realização da União Económica e Monetária, o que significa que não porá em causa a moeda única após a entrada de Portugal no respectivo quadro jurídico e económico.**

Como força que pretende governar o país, o PP concentrará os seus esforços nas reformas internas que permitam, ao Estado e à economia privada portuguesa, vencer, em melhores condições, o desafio desta integração, salvaguardando o futuro de sectores prioritários do nosso tecido produtivo, como a agricultura e as pescas, vitais para a nossa especificidade e para o equilíbrio, desejável, entre o Portugal urbano, rural e litoral. Por outro lado, no plano comunitário, **o PP orientará a sua reflexão para as melhores soluções que visem controlar, democraticamente, o governo do euro,** de forma a evitar que este passo da construção europeia assuma contornos de directório tecnocrático, distante da Europa que defendemos.

Aceitando a União Económica e Monetária e as suas consequências, **o PP tem uma visão mais restritiva do grau de unificação política.** A defesa da participação dos cidadãos na construção europeia; a necessidade de manter, em vários domínios, o método intergovernamental; e a conveniência de reforçar o escrutínio das instituições nacionais sobre as decisões comunitárias, são linhas de política que nos devem continuar a nortear. Na certeza, também, de um facto: o PP, o PSD e o PS constituem, em Portugal, o leque de partidos europeístas, representando, cada qual, uma visão da construção europeia.

- 14. No plano constitucional, o PP não só considera que a Constituição está, hoje, incomparavelmente melhor do que estava em 1976 e em 1982, como se orgulha de ter sido precursor de muitas reformas políticas que, finalmente, começam a fazer o seu caminho na lei fundamental do país.**

Por isso mesmo, constitui prioridade da agenda política do PP apresentar os projectos legislativos que confirmem e desenvolvam as reformas do sistema político que a última revisão programática ou parcialmente, consagrou. Numa linha de profundidade, o PP deve colocar-se novamente como partido de ideias que vão, às vezes, à frente do seu tempo, **formulando um novo projecto de revisão constitucional** que, na altura própria, estabilize a doutrina constitucional do partido e seja, também, inovador no pensamento jurídico-político português.

- 15. Para concretizar a actualização do discurso europeu e constitucional, o PP deve organizar duas Convenções, uma sobre política europeia e outra sobre reformas constitucionais.**

Ambas deverão ser precedidas do necessário e reflectido trabalho técnico, com recurso a todos os especialistas do partido nessas matérias; não dispensam a convocação estatutária dos órgãos competentes do partido para aprovar a formulação de políticas, nem a abertura do debate à participação dos militantes. Dados esses passos, as convenções poderão e deverão discutir, respectivamente, o Manifesto do partido para as eleições europeias, e o novo projecto de revisão constitucional do PP.

- 16. O nosso discurso político não precisa, apenas, de actualização. Carece, também, de inovação, face aos novos problemas da sociedade portuguesa, às novas realidades europeias, e aos novos dilemas da ordem internacional globalizada, tecnológica e informativa, de que somos testemunhas, beneficiários e, também, vítimas.**

Antes das novas causas, convém ratificar as causas de sempre. Da doutrina do CDS e do CDS/PP sempre constaram, e continuarão a constar, valores como a defesa do direito à vida; a protecção da privacidade; a promoção da iniciativa privada e da mobilidade social; a opção preferencial pelos mais pobres e excluídos, a quem as políticas públicas devem acudir, de forma libertadora e não meramente assistencial; a consideração da família como célula nuclear da organização humana; a necessidade de uma fiscalidade reduzida, de modo a libertar as energias criadoras e dar, a cada qual, a justa recompensa do seu esforço; a consagração das liberdades sociais, promovendo uma efectiva escolha, com igualdade de oportunidades, nos sistemas de educação e de saúde; a vincada opção atlântica e lusófona de Portugal, como marco insubstituível da nossa política externa e de defesa; ou a valorização da riqueza e especificidade do mundo rural, que é fundamental para o equilíbrio do país. Estes e outros valores são do PP de ontem, de hoje e de amanhã, sendo mesmo desnecessária uma inventariação exaustiva, tal a consensualidade que, no partido, assumem.

- 17. Mas o PP pode e deve inovar, numa política portuguesa que a muitos parece desinteressante ou pouco estimulante. O que permitirá, aliás, distinguir o PP dos outros partidos democráticos. Perante um Governo que gere razoavelmente mas reforma mal; e numa situação em que deparamos com resistências face às reformas mais difíceis, o PP tem um caminho aberto à sua frente, autónomo e identificador, desde que prosseguido com competência técnica, adequação**

institucional e viabilidade política.

Esse caminho é o de fazer do PP, o partido das grandes reformas, incluindo as que implicam combates políticos desiguais ou põem em causa poderes instalados. Nós temos a liberdade de reformar, quando os outros partidos hesitam em assumi-la; não devemos hesitar em chamar a nós essa vocação reformadora que, por si só, é condição para a progressiva transformação de Portugal num Estado moderno e numa sociedade equitativa.

O PP, partido das grandes reformas, deverá ter a coragem de estudar e propôr a revisão geral do sistema da Segurança Social, de acordo com princípios de selectividade favoráveis aos mais necessitados, e de racionalidade, para garantir a solvência do sistema no futuro.

Deverá, também, **assumir como prioridade a reforma de justiça,** optando decididamente pela prevalência do interesse geral e das garantias dos cidadãos.

E terá de aprofundar, no plano dos valores, dos instrumentos financeiros, e das alterações orgânicas, a sua visão dos **sistemas de saúde e de educação,** depositando em projectos legislativos os respectivos princípios reformadores.

18. O PP, como partido que vai voltar a falar para as classes médias urbanas, deve fazer um grande esforço político para compreender um dos maiores problemas contemporâneos: a qualidade de vida nas cidades e nas periferias.

Nesse sentido, é prioritário estudar, e depois propôr, **formas viáveis de relançamento económico das zonas mais degradadas dos perímetros urbanos de Lisboa e Porto.** É o melhor caminho para fazer retroceder eficazmente os níveis de desemprego e exclusão que perigosamente persistem e são indutores de injustiça e formas variadas de violência.

Também em defesa da liberdade das famílias e da manutenção de um padrão elevado de valores, **o PP deverá colocar, seriamente, na agenda política portuguesa, o problema da violência mediática.** Os seus efeitos podem ser devastadores na civilização que conhecemos. Para limitar os seus danos, não são desejáveis quaisquer mecanismos censórios, mas é, no entanto, possível, o aproveitamento da tecnologia para devolver a cada família o direito de escolher o que aceita e recusa da “cultura televisiva”, sobretudo para garantir a soberania familiar na formação e educação dos filhos.

19. O PP, partido especialmente vocacionado para as novas gerações, integrará, como seus, valores modernos que, nem por serem habitual e erráticamente identificados com a esquerda, ou com movimentos inorgânicos, deixam representar, no entanto, uma grande aspiração de qualidade de vida e, ideologicamente, estão na linha do melhor liberalismo e do melhor conservadorismo.

Assim, **o PP passará a ser um partido actuante na defesa dos direitos do consumidor, designadamente ao promover, sempre que possível, uma liberdade concorrencial que começa a ser prejudicada pelo comportamento dos monopólios públicos e privados.**

Na esteira de um modelo de sociedade que distingue os princípios civilizadores, **o PP integrará, no seu seio, uma corrente ecológica e uma política de protecção de natureza,** porque tem uma visão humana, e não mecanicista, do

progresso, assim como tem uma visão conservadora, e não destruidora, do ambiente.

Na mesma linha, **o PP deverá reforçar a sua componente patrimonialista, colocando-a no cerne de uma política cultural.** Portugal é uma Nação antiga, de riquíssimo património, cuja transmissão atravessou os tempos e cuja inventariação, defesa e reconversão constitui, para nós, uma obrigação nacional, insusceptível de ser prejudicada por uma obediência cega às leis do mercado urbanístico.

- 20.** Há, ainda, um conjunto de questões complexas e sensíveis, face às quais o PP tem de se preparar para oferecer respostas consistentes.

Desde logo, a definição das **necessárias formas de controlo ético sobre o experimentalismo científico, em domínios tão sensíveis como a manipulação genética,** de que as mais recentes experiências de clonagem constituem o sinal daquilo que, na fronteira do humano, terá de ser, sempre, intransponível. Uma **política integrada de combate à toxicod dependência,** passando certamente por uma configuração penal que seja dissuasora e pela repressão do tráfico, tem de ser pensada globalmente. Uma **defesa do valor do trabalho** não se compadece com soluções centralizadas e uniformes sobre o horário de laboração, perspectivadas, aliás, mais em função de falta de remédio para o problema do desemprego, do que pela promoção das condições de vida do trabalhador. Não devendo ser exaustivos, citaremos, ainda, **a necessidade de reflectir sobre o modelo de concertação social,** para corrigir um certo neo-corporativismo que aí se verifica, em prejuízo do que são as indeclináveis competências da democracia representativa.

Em suma, o PP tem, à sua disposição, causas de sempre, causas actuais e causas do futuro. Conseguindo virar o partido para fora, conseguiremos que o país nos escute e compreenda.

- 21. No novo ciclo, o PP deverá conformar a sua estratégia, com a vontade do seu eleitorado, que é, não o devemos esquecer, a garantia da nossa força.** Se pouco vale uma estratégia que não tenha votos, de pouco nos vale uma estratégia que afaste os nossos próprios eleitores.

Por isso mesmo, **o PP define como adversário natural, no plano dos valores, a esquerda, e no plano institucional, o Governo do PS.** A nossa oposição será responsável e reformista e procurará criar as condições para que o país seja melhor gerido e, sobretudo, faça as reformas necessárias, a partir das próximas eleições legislativas.

A nosso ver, uma oposição responsável é, por definição, geradora de alternâncias e alternativas. É da maior sensatez reconhecer que essas reformas só são possíveis, desde que sufragadas por uma ampla maioria política e social.

Para criar uma alternativa ao PS, vencedora e reformadora, é necessário rever o sistema de relações entre o PP e o PSD. Para nós, o princípio do diálogo entre as duas oposições à direita do PS, é válido e tem de ser observado com autenticidade, não como um expediente tático.

O diálogo entre o PP e o PSD tem de assentar numa base programática, para se verificarem as conjugações e as divergências. E deve percorrer uma ordem lógica, ou seja, terá precedência a análise do presente, e da capacidade das oposições, ainda nesta legislatura, para enfrentar com mais credibilidade e eficácia o Governo

do PS. Só depois se deverá abordar o futuro e o papel que ambos os partidos nele querem desempenhar.

Pela parte do PP, os resultados desse diálogo serão submetidos à apreciação dos seus militantes, a quem pertencerá, livremente e em tempo, se necessário através de consulta directa, a palavra decisiva.

Esta disponibilidade para uma normalização das relações entre o PP e o PSD, preservará, em qualquer circunstância, a posição das estruturas regionais do PP nos Açores e na Madeira, cuja autonomia é inquestionável e merece, aliás, de todo o partido, o apoio a um esforço de implantação e crescimento redobrado, dadas as circunstâncias especiais em que exercem, nobremente, a sua militância política.

1º Subscritor: Luís Nobre Guedes